

A ESCRAVIZAÇÃO INDÍGENA E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE MATO GROSSO

INDIGENOUS SLAVERY AND TERRITORIAL OCCUPATION PROCESS OF MATO GROSSO

Paulo M. Esselin¹

Resumo: No presente trabalho, o autor procura esclarecer alguns aspectos referentes ao processo histórico de ocupação do antigo Sul de Mato Grosso pelos espanhóis no final do século XVI e meados do século XVII, com a implantação dos primeiros núcleos populacionais e a relação que estabeleceram com a população nativa. Em seguida destaca a chegada dos portugueses oriundos da capitania de São Vicente, que atraídos pela abundante mão de obra indígena, derrotaram os polos de colonização espanhola e mais tarde, no século XVIII, descobriram metal em Cuiabá. Esclarece que embora os registros indicam a presença da mão de obra africana nas longas jornadas de trabalho nas minas de ouro e diamante em Cuiabá, os povos nativos que habitavam o território foram subjugados e escravizados, utilizados nas mais diversas atividades laborais durante o período de mineração, bem como, contra eles foi praticada extrema violência.

Palavras-chave: Fronteira, Índios, Cativos, Colonização, portugueses, espanhóis.

Abstract: In this work, the author tries to clarify some aspects related to the historical process of occupation of the former South of Mato Grosso by the Spaniards in the late sixteenth and mid seventeenth centuries, with the establishment of the first population core and the relationship they established with the native population. Next, the arrival of Portuguese people from São Vicente captaincy, who attracted by the abundant indigenous workmanship, defeated the poles of Spanish colonization and later, in the eighteenth century, discovered metal in Cuiabá. Also, the author elucidates that despite records indicate the presence of the African labor in the long days of work in gold and diamond mines in Cuiabá, the native peoples which inhabited this territory were subjugated and enslaved, used in the most diverse labor activities during the period of mining, as well as extreme violence was practiced against them.

Keywords: border; indigenous people; slave; colonization; Portuguese people; Spaniards.

Colonos espanhóis, jesuítas e bandeirantes paulistas em Mato Grosso

As violências contra as nações indígenas hoje noticiadas no território sul-mato-grossense são antigas. Os registros comprovam que desde meados do século XVI os povos nativos enfrentaram colonos espanhóis e portugueses em luta desigual, primeiro contra a escravidão e mais tarde pelo controle da terra.

Os primeiros a chegar foram os espanhóis, em março de 1600. Oriundos de Ciudad Real e Villa Rica estabeleceram-se às margens do rio Aquidauana, onde fundaram a cidade de

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003) e Pós-Doutorado pela Universidade de São Paulo (2009). Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Santiago de Xerez, como maneira de resguardar-lhes uma faixa territorial que lhes pertencia pelo Tratado de Tordesilhas. O espaço selecionado situava-se na região banhada pelo rio Mbotetey, na área hoje compreendida pela bacia hidrográfica dos rios Miranda e Aquidauana, na porção não inundável do Pantanal Sul-mato-grossense (MARTINS, 2002). Pertencente ao sudoeste de Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai, e estrategicamente situada no caminho entre São Paulo e o rio Paraguai, Xerez foi concebida para embaraçar possíveis investidas dos invasores portugueses.

A região era densamente habitada por comunidades guaranis, indispensáveis à economia agrícola colonial por fornecerem alimentos e trabalho, sustentando as expedições que partiam em direção ao Peru.

As relações entre nativos e espanhóis parecem ter sido inicialmente amistosas. Conscientes do isolamento e da inferioridade numérica em que se encontravam, os espanhóis procuraram manter relações cordiais com os autóctones. Os nativos caçavam para os colonos e lhes forneciam parte de suas colheitas. Por outro lado, a técnica europeia seria bem apreciada por uma população agrária, sob a forma de machados e facões presenteados por colonos espanhóis e rapidamente assimilados (GADELHA, 1980).

Aos poucos, e à medida que os colonos foram se estabelecendo, os naturais passaram a encomendados (prestadores de serviços a colonos espanhóis) e nessa condição começaram a prestar trabalho obrigatório. Serviam aos invasores, produzindo todo o necessário para a subsistência destes, de forma que todo sistema de produção acabou por se basear na servidão indígena com o passar do tempo, embora o abuso pelos colonos viesse a deteriorar a relação entre as partes. Naturalmente, não suportando a opressão imposta, os índios acabaram reagindo à dominação, a princípio simplesmente recusando-se a servi-los e posteriormente organizando-se para atacá-los, com decorrentes dificuldades à sobrevivência do agrupamento espanhol sitiado.

Acosados sistematicamente pelos nativos, os habitantes de Xerez passaram a levar uma vida de extrema precariedade. Impedidas de estabelecer comércio com a capital, Assunção, a pequena vila foi definhando. Por volta de 1605, nela não restavam mais de 15 homens capazes de tomar armas. Carecia também de padres e eclesiásticos. Relata-se profunda miséria: seus habitantes sobreviviam alimentando-se de folhas e raízes (COSTA, 1999). Já nesse período, a situação da pequena cidade era insustentável. Seus habitantes se dedicavam tão-somente à captura de nativos a serem comercializados em Assunção (GADELHA, 1980).

Tais conflitos entre naturais e espanhóis eram comuns a toda a América, sobretudo na bacia Platina, onde desde 1580 a ocupação era mais sistemática. Por outro lado, na Europa, o

livro *Brevísima relación de la destrucción de las Indias Occidentales*, de frei Bartolomé de las Casas, lançado por volta de 1552, denunciava a sangrenta conquista espanhola em solo americano. Esse trabalho propagou-se por todo o mundo protestante europeu e criou uma imagem dos espanhóis como povo sanguinário, cruel e corrupto: analfabetos truculentos que se lançavam sobre a população autóctone do Novo Mundo como aves de rapina (BUENO, 1984).

Os conflitos levaram a monarquia espanhola a buscar alternativas que pudessem melhorar as relações entre os povos nativos e os colonizadores, e ao mesmo tempo dar uma resposta ao mundo “civilizado” quanto às acusações que sofriam naquele momento. Afinal, a Espanha era a mais rica e importante monarquia do mundo.

Em 1605, o rei Felipe III despachou uma real cédula em que autorizava o governador Hernando Saavedra, do Paraguai, a sem demora autorizar auxiliares de conhecida virtude, talento e zelo para a conversão das províncias do Guairá, tomando das rendas e cofres reais quanto fosse necessário para seus preparativos, não consentindo que os indígenas fossem reduzidos com violência nem com os rigores da guerra, mas sim com a suavidade e benignidade cristã (GAY 1942).

Nesse mesmo período, os colonos espanhóis e seus descendentes instalados na região do Itatim pediam a intervenção da igreja para que enviasse religiosos para doutrinar os nativos e quebrar a resistência imposta à fixação destes.

Os jesuítas só chegaram ao Itatim por volta de 1631, quando iniciaram o trabalho missionário, não com o propósito de servir ao colonizador, mas sim trazendo um projeto próprio de converter os nativos ao cristianismo e estabelecer missões estáveis em locais determinados, afastados das aglomerações coloniais.

Os jesuítas receberam amplos poderes para reunir os naturais em povoados, governarem-nos sem qualquer dependência das cidades e fortalezas vizinhas e se oporem em nome do rei a quem quisesse sujeitar os novos cristãos ao serviço pessoal dos espanhóis, qualquer que fosse o pretexto (MONTROYA, 1985). O propósito autodeclarado dos jesuítas era fazer dos indígenas cristãos, ou seja, proceder à conquista espiritual, e ao mesmo tempo reduzi-los nas missões, aproveitando assim seu trabalho e, por fim, protegê-los dos encomendeiros que queriam escravizá-los ou vendê-los aos comerciantes de Assunção.

Os mamelucos paulistas acompanharam de perto a edificação das reduções jesuíticas do Guairá e mais tarde do Itatim. Foram eles que fizeram da preação de indígenas uma atividade de comércio supostamente legal – os nativos eram capturados e vendidos como escravos ou empregados em suas lavouras de trigo em São Paulo. À medida que os estoques indígenas

foram se reduzindo na região de São Paulo, os paulistas passaram a incursionar pelo Pantanal Sul-mato-grossense em busca de índios de trabalho. A política portuguesa adotada no Brasil dava plena liberdade para que os colonos escravizassem os índios, motivação suficiente para ocasionar incursões a longínquos territórios, resultando na incorporação de novas etnias ao processo de trabalho na capitania de São Paulo, como também à descoberta de ouro e pedras preciosas (ASSIS BASTOS, 1972). Para a exploração das capitanias, o governo português assegurava aos donatários “a escravização dos índios em número ilimitado e a autorização para a venda de certa quota no mercado de Lisboa (geralmente limitada a 39 por ano)” (SIMONSEN, 1967, p. 83), do que se aproveitaram os paulistas à larga para promoverem a escravização em massa dos naturais em todo o território conhecido. “Esse ofício de caçadores de gente se converteu em gênero de vida dos paulistas, em cujo desempenho se fizeram respeitáveis, destacando-se com altas honras, a seus próprios olhos, os mais valentes e briosos” (RIBEIRO, 1995, p. 107).

Enquanto os colonos paulistas recebiam do governo português auxílio, armas, munições e todos os meios particulares para aprisionar os indígenas, vendê-los como escravos e apropriarem-se de seu trabalho, os espanhóis criaram uma série de regulamentações para proteger a população indígena, particularmente as Ordenanças de Alfaro. Tal legislação não impedia a prestação de serviços pessoais dos indígenas aos colonos espanhóis, mas estabeleceu um permanente conflito entre os colonos espanhóis e os jesuítas, que passaram a defender a irrestrita liberdade do índio. O procurador-geral de Assunção, Balthasar Pucheta, apresentou uma petição ao governador do Paraguai requerendo que os índios voltassem a pagar tributo com seu serviço pessoal, já que haviam deixado de fazê-lo desde que os padres formaram as primeiras reduções (Petição apresentada ao governador do Paraguai pelo procurador geral de Assunção, no qual acusa os jesuítas e suplica que os índios do Itatim voltem a prestar serviço pessoal 10-5-1637. In: CORTESÃO, Jaime. (Org.). 1952). Além disso, os religiosos passaram, com sucesso e rapidez, a aldear os indígenas com apoio de parte das autoridades espanholas, tirando dos colonos os nativos de trabalho.

Ora, a defesa natural do índio estava em sua infixação, na possibilidade de internar-se, de deslocar-se, face ao predador. Aldeado, era indefeso. Eram os numerosos estoques das reduções o manancial oportuno de que se serviram os paulistas predadores (SODRÉ, 1990). Em período muito curto, as reduções do Itatim sofreram sistemática destruição, que riscou do território a dominação espanhola.

Os ataques dos bandeirantes paulistas às aldeias jesuíticas eram marcados por extrema violência. Segundo relatos de jesuítas, o método mais utilizado consistia em cercar a aldeia e

persuadir seus habitantes, usando de força ou ameaças, a acompanhar os colonos de volta a São Paulo (MONTEIRO, 1994). Feitos prisioneiros, eram levados em grilhões e, segundo o relato de um morador do Guairá, Manuel Juan de Morales, não podendo os paulistas sustentar seus prisioneiros, arrancavam as crianças dos braços das mães e lhes tiravam a vida, o mesmo acontecendo com os mais velhos que não conseguiam acompanhar a marcha (MORALES, In; CORTESÃO, 1951).

No Itatim, comandados pelo paulista Antônio Raposo Tavares, os bandeirantes derrotaram todos os polos de ocupação espanhola em 1648. Os jesuítas e os indígenas em fuga transpuseram o rio Apa, estabelecendo-se na região de Ipané, no Paraguai (FREIRE, 2014). “Ao encerrar-se a primeira metade do século XVII, apagou-se de Xerez, Itatim e regiões contíguas, entre o Paraná, Paraguai e Apa, qualquer indício de posse espanhola” (CORRÊA, 1969, p. 151).

As privações por que passaram os naturais durante as investidas dos bandeirantes contribuíram para enfermidades e epidemias, com decréscimo da população indígena no Itatim. Desde os primeiros contatos entre os nativos dessa região e membros da Companhia de Jesus, ou mesmo com colonos espanhóis e portugueses, foram constantes os registros de epidemias que aniquilaram muitos dos primitivos habitantes. Em 1634, “como consequência da fome seguiu-se uma epidemia que, segundo o padre Boroa, dizimou dois terços dos índios reduzidos e em 1648 em fuga os índios foram acometidos de uma nova epidemia que tirou a vida de muitos deles” (GADELHA, 1980, p. 246-247).

Com isso, o território do Itatim praticamente se despovoou, a ponto de um padre jesuíta que correu tais lugares por volta de 1657 registrar haver achado apenas “algunos monumentos que manifiestan el señorío que los itatines tuvieron de todo el terreno e no pasaban de un lúgubre legado: grandes vasos de barro con osadas humanas, de los que usan los guaraníes a fin de en ellos metieren sus difuntos” (LABRADOR, 1910, p. 63).

Isso mostra claramente o caráter predatório da colonização. Em pouco mais de 20 anos, a população nativa do Itatim foi completamente dizimada pela ação de portugueses e espanhóis. “No Brasil, de modo impressionador, deu-se o extermínio dos autóctones pelas epidemias, os maus tratos e a dureza do cativo” (TAUNAY, 1961, p. 20).

As vitórias portuguesas sobre os núcleos de ocupação espanhola se revestiam de importante significado. À medida que Xerez foi destruída e as reduções do Itatim abandonadas, deixaram de constituir empecilho à entrada dos portugueses na região (ESSELIN, 2000). Caso a colonização espanhola continuasse a expandir-se no Alto Paraguai, trancaria aos portugueses a exploração desse que é o maior rio interior do território de Mato

Grosso. Ao destruir a pequena Santiago de Xerez, que se constituía em guarda avançada dos domínios castelhanos no sul do antigo Mato Grosso e estava a abrigar prósperas reduções jesuíticas, os paulistas abriram caminho para as descobertas das minas de Cuiabá (TAUNAY, 1925).

Foi assim que, procurando novos territórios, que os paulistas passaram a subir o rio Paraguai, entrando no São Lourenço e prosseguindo pelo Cuiabá, onde encontraram grande quantidade de índios de trabalho, como também, casualmente, acharam ouro nas margens do rio Coxipó Mirim e do córrego da Prainha. A descoberta marca o início do povoamento da futura capitania de Mato Grosso pelos bandeirantes paulistas.

Após a descoberta do ouro, as atenções da coroa portuguesa e dos bandeirantes paulistas voltaram-se para o norte de Mato Grosso, no afã de preservar os veios auríferos para exploração portuguesa. O sul, que havia recebido a primeira frente colonizadora ainda no século XVI, permaneceu no mais completo abandono.

O Itatim, novo território dos Mbaíá Guaikuru

Derrotados os polos de colonização espanhola no território do Itatim, com o completo despovoamento por autóctones, essas áreas passaram a receber grupos indígenas oriundos do Chaco, o que promoveu profunda mudança na distribuição demográfica indígena no vale do rio Paraguai.

Ali, usando com maestria o cavalo e costeando grandes rebanhos bovinos em região propícia à pecuária, os guaicururus tornaram-se poderosos, adquirindo mobilidade até então desconhecida em qualquer grupo indígena da região (ASSIS BASTOS, 1972).

No período em que os índios chaquenhos começam a ocupar a margem esquerda do rio Paraguai, no final do século XVII e início do XVIII, encontram os antigos paulistas ainda se ocupando de pequenas razias para levar a São Paulo os remanescentes dos grupos nativos guaranis que ainda permaneciam no território. Provêm desses paulistas os primeiros registros sobre os índios cavaleiros e os ataques que empreendiam contra os portugueses (RODRIGUES DO PRADO, 1795).

Taunay relata que Pascoal Moreira Cabral, bandeirante paulista, mantinha desde 1680 um campo entrincheirado no vale do Mbotetey, atual rio Miranda, no sítio da antiga cidade de Xerez, de onde partiam incursões em busca de indígenas, o que culminou com a descoberta de ouro em Cuiabá (TAUNAY, 1930).

A rota mais comumente utilizada pelos paulistas para adentrar o sul do antigo Mato Grosso ia pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Anhandui e Mbotetey, logo alterada para Tietê, Paraná, Pardo, Coxim e Taquari, possivelmente para evitar a presença ameaçadora dos guaicurus (ASSIS BASTOS, 1972). Utilizando essa segunda rota com maior frequência, partiam de Araritaguaba, depois renomeada Porto Feliz, nas margens do Tietê, e ao chegarem à foz deste tomavam o rio Paraná, à esquerda, que desciam até a embocadura do Pardo, o qual subiam até as nascentes. Transpunham então o varadouro Camapuã, passavam ao rio Coxim e, deste, ao Taquari, até encontrarem o Paraguai, por cujo afluente São Lourenço alcançavam o rio Cuiabá e a cidade homônima.

Após as descobertas de metal, tratou o estado português de assegurar o norte de Mato Grosso, com o propósito de preservar os sítios auríferos e, posteriormente, para garantir domínio sobre as rotas navegáveis vitais ao abastecimento da região (CORRÊA, 1981). As vias fluviais eram estratégicas, pois por meio delas os portugueses estabeleciam contato entre o Atlântico e o território de Mato Grosso.

Assim, a coroa portuguesa resguardava para si um grande território que, pelo Tratado de Tordesilhas, não lhe pertencia, e estabelecia sobre ele os mecanismos do monopólio comercial ao assegurar rotas para o abastecimento do novo núcleo.

Tão logo anunciada a descoberta das minas, a notícia rapidamente chegou ao litoral, atraindo numerosos aventureiros e sertanistas, que transformaram a região em vasto campo de mineração, com conseqüente ida de milhares a Mato Grosso e imediata formação de diversos núcleos coloniais.

O deslocamento desses grandes contingentes de São Paulo à região das minas não passou despercebido ao capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, que em correspondência ao rei de Portugal informava que uma multidão se deslocara à região das minas de Cuiabá, causando grande prejuízo à fazenda real, pois não dispunham de licença para tanto e o faziam em companhia de índios de trabalho das aldeias próximas, causando com isso grande desordem e prejuízos à produção local (Ofício do Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, ao rei dando conhecimento das providências tomadas sobre a ida indiscriminada de pessoas as minas de Cuiabá. NDIR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU/ MFCHA 3 – CX.2 – N. São Paulo: 1722).

A princípio, foram organizadas expedições que ganharam regularidade e visavam ao abastecimento dos mineiros. Conhecidas como monções², essas expedições desempenharam importante papel no processo de colonização do extremo oeste do Brasil e passaram a atrair a atenção das etnias nativas da região, que a princípio limitaram-se a observar tal movimentação dos paulistas, para logo depois atacá-los continuamente, dificultando a comunicação e o comércio entre as minas de Cuiabá e São Paulo.

Os guaicurus, índios cavaleiros, se aliaram aos paiaguás, com estes aprendendo a utilizar a canoa como valioso instrumento de guerra, com o qual ganharam maior mobilidade nos rios da região, dos quais se serviam os comerciantes para deslocar-se a Cuiabá. Os ataques aos comboios se sucederam, e com grande sucesso. Unidas, essas duas etnias passaram a atacar sistematicamente as expedições monçojeiras.

Em 1725 destruíram uma frota de canoas e mataram cerca de 600 pessoas. Em 1726, atacaram uma monção que rumava a Cuiabá, com muitas mortes. Em 1728 mataram muitos portugueses e índios parecidos que voltavam de expedições exploradoras no interior mato-grossense. No entanto, o estrago maior aconteceu em julho de 1730, quando uma expedição saiu de Cuiabá com destino a São Paulo com valioso carregamento de ouro. Em uma das canoas viajava Antônio Alves Lanhas Peixoto, que mais tarde exerceria o cargo de ouvidor daquelas minas. Desse ataque resultaram 400 vítimas, só escapando oito que saltaram em um pequeno reduto de terra, de onde assistiram à morte de todos os seus companheiros de viagem (RODRIGUES DO PRADO, 1795).

Já na barra do rio Verde, passando pelo rio Pardo até o Camapuã e o Taquari, estavam os guerreiros caiapós, justamente no caminho terrestre para Goiás, dificultando o acesso a outros centros que poderiam contribuir no abastecimento da região. Promoviam consideráveis danos às monções oriundas de São Paulo e de Cuiabá (CAMPOS, 1723). Com seus porretes, e imbuídos da defesa de seus territórios, promoviam constantes ataques aos colonos que se estabeleciam na região com diversos cultivos, despovoando todas as roças que havia nas margens do Taquari. Na Fazenda Camapuã, reduto fundado a meio caminho entre São Paulo e

² Monção originalmente significa época ou vento favorável à navegação. É também o nome dado aos ventos, principalmente no sul e sudeste da Ásia, que no verão sopram do mar ao continente (monção marítima) e no inverno do continente ao mar (monção continental). Eram esses regimes de ventos que determinavam a saída das expedições marítimas de Lisboa para o Oriente. Na costa do Brasil, são os ventos que sopram em direção ao norte de março a agosto e para o sul nos restantes do ano. As expedições fluviais a que chamamos monções, da segunda década do século XVIII até a primeira metade do século XIX, mantiveram em contato a capitania de São Paulo e a de Mato Grosso. Foram assim chamadas não devido ao regime de ventos, mas por se submeterem ao regime fluvial: partiam sempre na época das cheias (março-abril), quando os rios eram facilmente navegáveis, tornando a viagem menos arriscada.

Cuiabá e passagem obrigatória para os monçoeiros, que ali podiam refazer-se da longa viagem e suprir suas necessidades, os colonos trabalhavam de armas em mão noite e dia, devido aos contínuos ataques dos caiapós (ESSELIN, 2012).

As três etnias por muito tempo constituíram obstáculo ao processo de colonização português e de povoamento da região, atacando monções procedentes de São Paulo. Os ataques constantes levavam a perda das cargas destinadas à população de Cuiabá e região, o que diminuía a oferta de produtos, com resultante aumento dos preços. À coroa portuguesa caberia resguardar a área das novas descobertas e criar condições para sua exploração econômica, o que levou o governo lusitano a promover uma guerra de extermínio contra as nações indígenas.

De súbito, e com o argumento de vingar os ataques dos nativos, os cuiabanos por conta própria organizaram uma frota de 19 canoas e escolheram para seu comandante o coronel Tomé Ferreira de Moraes. Mal organizada, porém, não surtiu os efeitos desejados e logo foi desfeita sem sequer ter encontrado os índios insurgentes (D'ALINCOURT, 1828).

Em 1731, partiu de Cuiabá uma armada comandada pelo brigadeiro Antônio de Almeida Lara, com 30 canoas de guerra e outras 50 de bagagens e suprimentos. Contava com 400 homens de combate e levava duas peças de artilharia e dois pedreiros (canhões que disparavam pedras lapidadas). A expedição encontrou os paiaguás abaixo da bocaina do rio Paraguai, os quais logo saíram em grande chusma de canoas para combater os invasores de suas terras. Os cuiabanos, melhor apetrechados, dispararam duas peças ao mesmo tempo, com balas miúdas, o que provavelmente provocou a morte de muitos dos indígenas. Animados com o sucesso do primeiro ataque, rumaram rio Paraguai abaixo, adentrando território guaicuru. Estabelecendo contato com alguns desses índios, o brigadeiro os convidou a fazer amizade e negócio. Acreditando nas palavras do oficial, os nativos se dirigiram ao sítio em que estavam reunidos os combatentes. Imediatamente foram detidos: “o brigadeiro prendeu um a um deles, que trouxe consigo, e aos demais mandou cortar as mãos e orelhas dizendo-lhes que fossem mostrar aos seus caciques, e aos paiaguás seus amigos” (MELGAÇO, Barão, 1949, p. 223-224). Agiu, assim, como o espanhol Hernán Cortez, que na conquista do império asteca, 200 anos antes, ao identificar 50 índios como espiões, mandou prendê-los e cortar-lhes as mãos – “e os enviei a seu senhor para que dissessem a ele que quando ele viesse saberia quem éramos” (CORTEZ, 1986, p. 34). Para os colonos portugueses, os indígenas eram um obstáculo ao progresso: “bárbaros e anticivilização”. O argumento para isso é que estavam entravando o processo de desenvolvimento de todo o território e provocando grande prejuízo à fazenda pública e aos interesses de estado.

No início de março de 1731, todas as autoridades locais, os nobres e o povo de Cuiabá se reuniram na igreja matriz para ouvir a leitura da ordem do rei de Portugal, que determinava: “as pessoas que deviam ir extinguir e expulsar ao gentio evitando os danos que se podiam seguir da sua ousadia, se se atreverem a subir a estas Minas” (Termo da Junta que se fez para que saísse Bandeira em Guerra aos índios Paiaguás. Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos sobre a História de São Paulo (NDIHR/UFMT – MFCHA 5 – DOC. 63 – 1731). Ordenava ainda o rei que os guerreiros aprisionados fossem repartidos entre os membros da expedição para sua posterior escravização e “recomendava hostilizar queimando-lhes e destruindo-lhes todas as suas aldeias para que esse espetáculo lhes sirva de maior horror” (Provisão Regia ao Governador da Capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel ordenando o estímulo a guerra contra os índios Paiaguá e condenando o aprisionamento dos Paresi) (NDIHR/UFMT – MFCHA 20 – DOC. 856. (Anexo I), Lisboa: 1732).

A metrópole, com seus instrumentos de repressão e para a consecução de seus objetivos – submeter os nativos e apossar-se daquelas terras para garantir sua exploração econômica –, ordenou ao governador e à população em geral que se tomassem todas as providências para controlar os índios que se insurgiam. Toda a documentação consultada mostra a preocupação das autoridades com a manutenção da ordem e não descarta o uso sistemático da violência para mantê-la.

Já a partir de 1731, o governador da capitania de São Paulo e o Conselho Ultramarino português passaram a garantir recursos da fazenda real para combater os índios que ocupavam os rios e impediam a circulação comercial entre o litoral e as minas cuiabanas. Assim, os dirigentes em Cuiabá receberam pólvora, munição, armas e demais apetrechos de guerra necessários à organização de expedições (Registro de uma ordem que passou o governador da Capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, ao Provedor da Fazenda Real Antonio Francisco Lustosa, sobre as despesas na guerra contra os Gentios. Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo – vol. XXII: 34-35. São Paulo: 1733. Segundo Southey (*apud* MAGALHÃES, 1935, p. 206), os paiaguás “foram de todas as tribus americanas, a que mais pertinazmente e com melhor êxito defendeu contra invasores a sua terra natal”.

Em 1732, por meio do bando que ordenava a chamada Guerra Justa, as autoridades procuravam apresentar razões para o combate sistemático aos paiaguás:

Sendo tão notórias as extorsões, mortes e roubo que os gentios bárbaros da nação paiaguá e os mais que infestam o caminho das minas do Cuiabá [...] e o rio Paragua infestado dos paiaguás, onde por várias vezes atacaram as nossas tropas, destruindo no ano de 1730 a que vinha o ouvidor Antônio Lanhas Peixoto, matando-o e à maior parte dos que o acompanhavam, roubando todo ouro que traziam, de que tem

resultado um considerável prejuízo não só aos direitos reais, mas aos interesses deste Estado, e se deve recear que o mesmo gentio paiaguá e os mais bárbaros, animados dos roubos que têm feito, continuem e frequentem os mesmos insultos, de que se poderão seguir sinistras conseqüências, fazendo-se muito preciso acudir-se com pronto remédio para se evitarem os danos futuros, dando-se um tal castigo àqueles bárbaros que lhes sirva de terror, e assim a eles e a todos mais que habitam por aqueles sertões. (Bandos, regimentos e ordens dos capitães generais conde de Sarzedas e dom Luís Mascarenhas, 1732 – 1748. Em Doc int, v. 22. 1986)

Em agosto de 1734, por ordem do conde de Sarzedas, partiu de Cuiabá uma expedição com o objetivo de combater os paiaguás e guaicurus, comandada pelo tenente e mestre de campo general Manoel Rodrigues de Carvalho, com três corpos, comandados por Felipe de Campos Bicudo, coronel Antônio Antunes Maciel e seu irmão Gabriel Antunes Maciel (que foi capitão-mor de Sorocaba), totalizando 842 homens prontos para a guerra. Os nativos, encontrados às margens do rio Paraguai, logo entraram em combate. Foram assassinados 600 deles e aprisionados 246. De volta a Cuiabá, os prisioneiros foram repartidos entre os oficiais, que os venderam à população como escravos (D'ALINCOURT, 1828).

Com a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, seu primeiro capitão-general, Antônio Rolim de Moura Tavares, que chegou a Cuiabá em 1751, trouxe instruções da rainha, Dona Mariana Vitória, que recomendava muita rigidez com os paiaguás. Segundo ela:

O gentio Paiaguá continua a infestar a navegação dos comboieiros pelo rio Paraguai. [...] aos governadores de São Paulo se tinha ordenado mandassem fazer alguns bergantins armados com gente de ordenanças para castigar os insultos daqueles bárbaros e segurar a navegação dos ditos comboios. [...] procureis eficazmente reduzi-lo com castigo a viver racionalmente. E se para isso necessitardes de alguma cousa que falte naquele sertão, o avisareis pelo dito Conselho, para darem as providências convenientes. (Instrução da Rainha Mariana Vitória para Don Antônio Rolim de Moura Tavares, Lisboa 19 de janeiro de 1749 In: MENDONÇA, Marcos Carneiro, 1985, p. 26)

Para pôr fim aos ataques que promoviam os Caiapós, foi organizada uma expedição liderada pelo coronel Antônio Pires de Campos, neto do bandeirante Manoel de Campos Bicudo (RONDON, 1920). Com a ação repressora desse bandeirante paulista teve início a extinção da etnia caiapó. Tais indígenas também mereceram a atenção da rainha:

Em todo o vasto país que medeia entre o Paraguai e o Paraná ou o rio Grande se acha vivendo o gentio Caiapó, que é o mais bárbaro e alheio de toda a cultura e civilidade que até agora se descobriu no Brasil. As contínuas hostilidades com que infesta os caminhos de São Paulo para Goiás e para o Cuiabá [...] me obrigaram a mandar ultimamente se deliberasse, em uma junta de Missões no Rio de Janeiro, se devia fazer-lhe guerra, conforme os meios com que se haveria de executar, no caso que se julgasse indispensável. (Instrução da Rainha Mariana Vitória para Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, Lisboa 19 de Janeiro de 1749 In: MENDONÇA, Marcos Carneiro, 1985, p. 26)

Quando das descobertas das minas de Cuiabá e região, os portugueses encontraram uma população indígena sedentária e agricultora em torno dos veios auríferos. Essa era a nação dos parecis, considerada pelos paulistas como “menos bárbara”. Numerosos, ocupavam-se do cultivo de mantimentos, além de mostrarem capacidade de apropriar-se dos ensinamentos que lhes faziam os colonizadores, aceitando de bom grado o batismo e a doutrina cristã (Carta do ouvidor das minas de Cuiabá, Jose de Burgos Vila Lobos, ao rei, relatando as providências tomadas na contenção dos ataques dos índios Paresi. Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 5 – Doc. 71 CX 1 – nº7, Cuiabá: 1731). Por sua condição de índios de trabalho, foram largamente utilizados pelos portugueses, tanto na produção de gêneros alimentícios como nas minas. Também eram capturados e vendidos em São Paulo como escravos para o trabalho nos trigais.

No entanto, a substituição dos nativos pelos africanos como mão de obra escrava era ótimo negócio para a coroa e para as classes mercantis lusitanas. No contexto do tráfico transatlântico, eram cobrados impostos sobre os africanos escravizados quando de seu embarque na África e de seu desembarque no Brasil. O clero português cobrava pelos batizados dos cativos, feitos em massa nas praias africanas. O tráfico negreiro propiciava ainda o comércio triangular: os navios saíam de portos europeus abarrotados de mercadorias baratas que eram trocadas, nas costas africanas, por homens e mulheres. Nas colônias, os cativos eram permutados, direta ou indiretamente, por produtos coloniais, que por sua vez eram vendidos a alto preço na Europa (MAESTRI, 2002). O tráfico negreiro constituía o principal fator no processo de acumulação primitiva de capital na metrópole colonialista; “abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia” (NOVAIS, 1985, p. 105).

Com isso, a coroa passou a interceder diretamente na exploração dos metais em Cuiabá, proibindo a escravização dos parecis e obrigando os mineiros a utilizarem mão de obra escrava africana. A intenção não era a de poupar os nativos do exaustivo trabalho nas minas e lavouras, mas sim aumentar rendas, o que se passou a executar com relativa eficiência. Em correspondência ao rei, o governador da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, informa que faria publicar um bando, tanto na região das minas como na cidade de São Paulo, para que “não continuem as hostilidades cometidas ao Gentio da Nação Paresi, fazendo por em liberdade os que se acharem cativos” (Carta do governador da Capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, ao rei, informando sobre a falta de notícias das minas de Cuiabá e sobre as providências que tomará no tocante a guerra empreendida contra os índios Paiagua e a

proibição de se escravizar os Pareci. NDIHR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU/Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 20 – DOC. 846 1732).

Acostumados ao uso da mão de obra escrava indígena, os bandeirantes paulistas reagiram imediatamente às determinações reais. Em petição do senado da câmara de São Paulo ao governador Rodrigo César de Meneses, solicitaram a continuidade na administração dos índios. Alegavam que desde que se:

[...] povoou este estado do Brasil sendo a primeira Capitania a de São Vicente de que hoje é cabeça esta dita Cidade estes moradores sempre se conservaram na administração do Gentio da terra porque entraram conquistando a toda a gentildade bárbara e indômita nestas capitânicas à custa de suas vidas e muito trabalho, assim pela costa do mar, como pelo interior dos sertões que estão talhados com grandes distâncias; e por sua inteligência se têm feito as conquistas do Brasil povoando-se as terras do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, Maranhão e a este fim as mais com grande fruto para o serviço de Deus e de sua Majestade que Deus guarde. O primeiro acharem-se reduzidos a fé tantas mil almas, que com este longo tempo saíram dos sertões, e suas descendências com regime e trato católico e melhor conhecimento das leis Divinas e humanas. O segundo destruir-se a barbaridade gentílica para mais seguros fazerem os mesmos moradores as povoações das terras acima ditas, e se acham com a opulência que se sabe descobrirem-se as Minas de ouro que estão descobertas com as quais se utiliza todo este estado, e o mesmo o Reino de Portugal, e suas conquistas, e como sem a gente parda se não podem fazer os descobrimentos do ouro, por ser só ela a que sabe talhar o sertão, e navegar os rios, livrando dos perigos que neles se encontra por causa das muitas cachoeiras e os mais que embaraçam as navegações, sendo a dita gente parda a que sustenta os sertanistas assim pelos rios como por terra pelo largo conhecimento que tem de tudo que possa servir de alimento, por todas estas razões se não deve tirar a administração aos moradores desta capitania, principalmente arriscando-lhes as suas vidas a conquistá-los como a Vossa Excelência é notório no tempo do seu Governo, porque infestando o gentio bárbaro as Minas do Cuiabá procuram os Paulistas destruí-los com perda de sua próprias vidas, que jamais temeram arriscá-las pelo serviço de Sua Majestade como a experiência tem mostrado na lealdade com que servem ao dito senhor e porque de estarem os ditos índios aldeados se segue ser serviço ao dito Senhor, não só pela falta que fazem aos sertanistas para o descobrimento do ouro, mas porque vindos sem sujeição continuarão a fazer insultos que costumam pela sua pouca constância e infidelidade [...]. (Petição do senado da câmara de São Paulo ao governador, Rodrigo Cesar de Meneses, solicitando continuidade na administração dos índios pelos paulistas. NDIHR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU/Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 15 – CX 2- N – 750 (ANEXO 5) São Paulo: 1725)

Os sertanistas paulistas argumentaram ao rei que os nativos cumpriam papel relevante, pois sem eles era impossível sair aos sertões e muito menos promoverem-se novos descobrimentos, já que dispunham de conhecimento detalhado do espaço geográfico. Impossibilitados de talhar novos territórios perderia em muito a Fazenda Real, que deixaria de receber os impostos das possíveis novas descobertas. Afirmavam ainda que o espaço ocupado pelo indígena era vazio, porque eles não conheciam Nosso Senhor Jesus Cristo, e portanto esse espaço, dentro da dicotomia religiosa do bem e do mal, estava ocupado pelo Diabo,

senhor absoluto dos selvagens infieis, que deveria ser conquistado e destruído (FLORES, 1991). Essa petição certamente mereceu do rei atenção especial, que em resposta expediu uma ordem régia em que relativizava a orientação anterior, ao afirmar que se os moradores necessitassem de índios para novas descobertas ou para outros empregos poderiam continuar a utilizar seus serviços, desde que sob algumas condições, tais como a de reservar-lhes bom tratamento e as de que recebessem remuneração adequada pelo trabalho despendido e não se promovessem mais contra eles as costumeiras violências (Ordem dirigida ao Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes e relativa ao pedido dos paulistas para permanecerem com a administração dos índios. NDIHR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU/Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 15 – CX 2 – N – 750, Lisboa: 1726).

Assim, sob o argumento da necessidade de encontrar novas jazidas de metal, continuou-se a fazer uso sistemático da mão de obra indígena. Na verdade, os bandeirantes paulistas, mesmo após a descoberta das minas de ouro de Cuiabá, continuaram a desenvolver sua atividade tradicional, que era a preação do índio, mercadoria de que nunca abriram mão. As instruções normativas da coroa foram respeitadas apenas formalmente. As autoridades coloniais, o tempo todo, fizeram vista grossa às constantes desobediências às ordens reais. Os colonos, sobretudo os paulistas, dedicaram-se a essas atividades despreocupadamente (MAESTRI, 2002). Isso vem demonstrar a clara dependência do bandeirante paulista ao trabalho do indígena.

Ao cronista José Barbosa de Sá não passou despercebido o processo de escravização indígena que ocorria em massa das minas cuiabanas. Segundo ele, em 1727 os colonos de Cuiabá, “botaraõ-se para o sertão do gentio Bororó, outros para os Parecis [...] de onde traziaõ individuos de huma e de outra nasçam que vendiaõ como escravo. BARBOSA DE SÁ, 1975, p. 23). Pelos registros do cronista, percebe-se que a busca e a utilização do trabalho indígena eram sistemáticas. Em 1731, procedendo dos sertões, terras dos parecis, os colonos vinham com muitos deles em canoas pelo rio Paraguai, de onde eram trazidos muitos indivíduos desta nação que, como escravos, eram vendidos (BARBOSA DE SÁ, 1975). Os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros e seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro, todos naturais da vila de Sorocaba, em 1734 “saíram à conquista do gentio Parecis, que já se achava quasi extinto nas vastas campinas de seus sertões” (MELGAÇO, Barão, 1949, p. 225). Na busca de novos trabalhadores descobriram uma nova mina de ouro junto ao rio Galera.

A presença dos nativos como remeiros nas expedições monçoeiras era comum. Esse aspecto foi evidenciado em uma carta do secretário de estado Francisco de Mendonça Furtado

endereçada a Rolim de Moura, onde rogava que se tratasse das questões dos homens de negócios que, navegando rumo a Cuiabá, não estavam pagando o preço combinado pelo trabalho dos índios, prometendo-lhes ouro e pagando-lhes com panos de algodão. Isso faz crer que era razoável o número de índios (AMORIM, 2004). A esse respeito, Monteiro (1994, p. 89) afirma que a participação dos indígenas foi percebida também nas “fileiras das expedições, executando serviços essenciais nas funções de guias, carregadores, cozinheiros e guerreiros”.

Se os paiaguás e os caiapós mereceram tratamento muito rígido e violento por parte da coroa portuguesa, “os Parecis, eram segundo a rainha mui próprios para domesticar-se, com muitos princípios de civilidade e com eles poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis” (Instrução da Rainha Mariana Vitória para Dom Antônio Rolim de Moura Tavares, Lisboa 19 de janeiro de 1749. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro, 1985, p. 26).

Desde o início da exploração das minas de Cuiabá, o guarda-mor Pascoal Moreira Cabral estabeleceu que os quintos fossem cobrados por capitação, estipulados em 2,5 oitavas anuais por pessoa que trabalhasse em qualquer ofício. Essa cobrança se aplicava igualmente a negros, brancos e índios. Com ela, em 1723, apuraram-se quatro arrobas de ouro, que foram enviadas à provedoria de São Paulo (BARBOSA DE SÁ, 1975).

Para encontrar novos roteiros que facilitassem a saída e entrada de mercadorias na região, os paulistas comumente utilizavam os nativos, que melhor conheciam o terreno. Em missiva ao governador da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Maciel, o ouvidor das minas de Cuiabá, José de Burgos Vila Lobos, informava estar procurando um novo caminho que ligasse Cuiabá a Itu e relatava que a tropa que o fazia incluía uma bororo que prometia mostrar um novo percurso de poucos dias e com poucos acidentes a transpor – uma alternativa que permitiria evitar os encontros indesejáveis com guaicurús e paiaguás (NDIR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos sobre a História de SP. – MFCH 18 – doc. 796).

Tais registros revelam como os índios foram utilizados nas mais diversas atividades durante o período de mineração em Mato Grosso, bem como expõem a violência praticada contra estes. Alguns autores sustentam que os nativos não foram utilizados como escravos nos trabalhos da mineração. Segundo Novaes (1985, p. 104), “sempre que escasseavam os africanos (dificuldade de navegação no Atlântico, pela concorrência colonial, por exemplo) recorreu-se inapelavelmente à compulsão dos naturais”, afirmação que levaria a concluir que o trabalho indígena era esporádico. No entanto, o que nos parece é que o nativo, pelo menos em Mato Grosso, arcava com o peso maior dos trabalhos nas minas. A afirmação de Caio

Prado Junior de que não houve trabalho indígena na exploração aurífera no Brasil não procede em relação a Mato Grosso. Após as descobertas em Cuiabá, os capitães-generais e a própria coroa portuguesa adotaram medidas acauteladoras para evitar que emboabas ou pessoas de outras regiões disputassem a hegemonia dos novos achados com os paulistas. Os portugueses, acaudilhados por Nunes Viana, assenhoraram-se das minas de Sabarabuçu, em Minas Gerais (CORRÊA FILHO, 1969), o que lhes permitiu continuar a preação de indígenas paralelamente à exploração aurífera.

À medida que os nativos iam se enfraquecendo, por perdas nos constantes combates com os colonos e nos sistemáticos ataques das tropas imperiais, os portugueses tomaram a iniciativa de negociar com os índios tratados de paz e de amizade que pudessem pôr fim às hostilidades. O primeiro deles foi firmado pelo governador João Albuquerque, em 1791, com grande pompa na cidade de Mato Grosso, onde os dois principais caciques tomaram novos nomes: João Queima de Albuquerque e Paulo de Albuquerque (D'ALINCOURT, 1828).

Apesar de um tratado de paz e de amizade, porém, os guaicurus continuaram até o começo do século XIX a promover algumas hostilidades contra os portugueses na parte meridional da capitania de Mato Grosso, embora já sem a intensidade anterior, por estarem muito enfraquecidos. Em fins de dezembro de 1826, o coronel Jerônimo Joaquim Nunes, à frente de uma expedição, desceu ao sul da capitania com o propósito de pôr fim aos ataques promovidos a algumas fazendas no Pantanal, em que os indígenas se apropriavam de bovinos e equinos (D'ALINCOURT, 1828).

À medida que o ciclo do ouro de Cuiabá entrava em decadência, os indígenas passaram a ser ainda mais explorados. A situação econômica da província no início do século XIX era de extrema penúria. O esgotamento dos veios auríferos levava ao deslocamento e desmobilização de capitais e de mão de obra escrava negra para regiões mais prósperas do Brasil. De 1819 a 1828, o número de escravos retrocedeu de 14.180 para 12.715 e, no fim de 1872, estes já eram apenas 6.667 (CORRÊA, 1976). Com menos recursos, já não era possível cobrir as despesas com ferro, aço, alimento e vestuário dos que trabalhavam nas minas, o que levou os mineiros que permaneceram em Mato Grosso a buscar outras atividades, como as de lavradores e de criadores de bovinos. Nesse período, esteve atenta a coroa portuguesa ao papel que deveria desempenhar sua longínqua província de Mato Grosso no resguardo de seu grande território na América. Para garantir a posse desse imenso território, era necessário ocupá-lo.

Os índios foram agentes decisivos para a sobrevivência da colonização em Mato Grosso. Foi seu trabalho nas mais diversas áreas da produção que garantiu a fixação dos

portugueses em áreas tão longínquas, bem como a incorporação desses territórios ao império ultramarino português. Os povos naturais resistiram à conquista e à colonização enquanto puderam, enfrentando a repressão armada dos colonos e do estado português, empreendida sob a justificativa de destruir a barbaridade gentílica.

Referências Bibliográficas

Bandos, regimentos e ordens dos capitães generais conde de Sarzedas e dom Luis Mascarenhas, 1732 – 1748. Em Doc int, v.22. 1986

BARBOSA DE Sá, Joseph. Relação das povoacoens de Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thé os presentes tempos. Cuiabá: Edições UFMT, 1975.

BARROS, Abílio Leite. Gente pantaneira: crônicas de sua história. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

BUENO, Eduardo. O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América. Introdução, Porto Alegre: L&PM, 2011.

CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA, Lúcia Salsa. Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870 – 1920). Trabalho originalmente apresentado como dissertação de Mestrado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do grau de mestre. São Paulo, 1981.

CORTEZ, Hernan. A conquista do México. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

CORTESÃO, Jaime. Jesuítas e bandeirantes no Guairá. (1549 – 1640). Divisão de Obras Raras e Publicações, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: 1951.

COSTA, Maria de Fátima. História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Kosmos, 1999.

Ordem Régia dirigida ao Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes e relativa ao pedido dos paulistas para permanecerem com a administração dos índios. NDIHR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU/Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 15 – CX 2 – N – 750. Lisboa: 1726.

D' ALINCOURT, Luiz. Resultado dos Trabalhos e indagações statisticas da Provincia de Matto Grosso. Cuyaba: Commissão statistica e Topografica Àcerca da Mesma Provincia, 1828.

. Termo da Junta que se fez para que saísse Bandeira em Guerra aos índios Paiaguás. Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 5 – DOC – 63. NDIHR/UFMT. Cuiabá: 1731.

Carta do ouvidor das minas de Cuiabá, Jose de Burgos Vila Lobos, ao rei, relatando as providências tomadas na contenção dos ataques dos índios Paresi. Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 5 – Doc. 71 CX 1 – nº7. Cuiabá: 1731.

Carta do governador da Capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, ao rei, informando sobre a falta de notícias das minas de Cuiabá e sobre as providências que tomará no tocante a guerra

empreendida contra os índios Paiagua e a proibição de se escravizar os Paresi. NDIHR/UFMT – Documentos Ibéricos - AHU/ Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 20 – DOC. 846. São Paulo: 1732.

Registro de uma ordem que passou o governador da Capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, ao Provedor da Fazenda Real Antonio Francisco Lustosa, sobre as despesas na guerra contra os Gentios. Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo – vol.XXII: 34 – 35. São Paulo: 1733.

Parecer do Conselho Ultramarino sobre guerra aos índios que infestam as minas de Cuiabá. (NDIHR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU – Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 15 – Doc. 750). Lisboa 1730.

Provisão Regia ao Governador da Capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel ordenando o estímulo a guerra contra os índios Paiaguá e condenando o aprisionamento dos Paresi. NDIHR/UFMT - Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 20 – Doc 856. (Anexo I), Lisboa: 1732.

. Ofício do Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, ao rei dando conhecimento das providências tomadas sobre a ida indiscriminada de pessoas as minas de Cuiabá NDIHR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos para a História de São Paulo – MFCHA 3 – CX.2 – N. São Paulo: 1722.

Petição do senado da câmara de São Paulo ao governador, Rodrigo Cesar de Meneses, solicitando continuidade na administração dos índios pelos paulistas. NDIHR/UFMT – Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 15 – CX 2 N- 750 – (ANEXO 5). São Paulo: 1725.

Carta do ouvidor das minas de Cuiabá, José de Burgos Vilas Lobos, ao governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira. Documentos Ibéricos – AHU/ Documentos sobre a História de São Paulo – MFCHA 18 – Doc.796. Cuiabá: 1730.

ESSELIN, Paulo Marcos. A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso – 1536 – 1778. Campo Grande: UFMS, 2000.

FERRER, Diogo. Ânua do Pe. Diogo Ferrer para o Provincial sobre a geografia e Etnografia dos indígenas do Itatim 21 VIII 1633. In: CORTESÃO, Jaime (org). Manuscritos da coleção De Angellis II. Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596 – 1760). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, vol II, 1952.

FLORES, Moacyr. A catequese dos guaranis e os conflitos com o colonialismo espanhol. Porto Alegre: Revista Veritas, v35 nº 138, 1991.

GADELHA, Regina Maria A. F. As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio econômicas coloniais do Paraguai (sec. XVI e XVII). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GUZMAN, R. D. Anales del descubrimiento, población y conquista del rio de la Plata.Asunción: Comuneros, 1980.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O extremo oeste. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KERSTEN, Luwwdwing. Las tribus indígenas del Gran Chaco, hasta fines del siglo XVIII. Resistencia (Chaco). Universidad Nacional del Noroeste, Departamento de História, 1968.

LABRADOR, P. José Sanchez. El Paraguay Católico. Buenos Aires: Intrenta de Coni Hermanos, 1910.

MAESTRI, Mario. Uma História do Brasil: Colônia. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Santiago de Xerez: Uma problemática para a arqueologia histórica. Asunción: Anuário de la Academia Paraguaya de la História, Vol. XLII, 2002.

MELGAÇO, Barão. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Vol. 205, outubro/dezembro, 1949.

MELLO, Raul Silveira de. Corumbá, Albuquerque e Ládario. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

MONTEIRO, Jonh Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

MAGALHÃES, Basílio de. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. 2ªed. São Paulo: coleção Brasileira, Vol. XLV, 1935.

MONTOYA, Antonio Ruiz. (S.J) Conquista espiritual. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. (1777 – 1808). 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1985.

SGARZELA, Frei Alfredo. A história do Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do pantanal. Campo Grande: Editora da FUCMAT, 1992.

SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil. (1500/1820) 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 13º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUZA, Neimar Machado de. A redução de Nuestra Señora de Fe no Itatim: entre a cruz e a espada (1631 1659). Campo Grande: UCDB, 2004.

TAUNAY, A. E. História Geral das bandeiras paulistas São Paulo: Typ . Ideal, 1925. Vol. II